

Planta com ampliação dos terrenos para a construção da nova Central Tejo

Nas vésperas da I Guerra Mundial, os corpos gerentes das Companhias Reunidas Gás e Electricidade - CRGE delineiam uma estratégia que visava ampliar a sua indústria e tomaram uma série de decisões que iriam marcar de forma significativa o rumo dos seus negócios, embora as expectativas iniciais tenham sido de algum modo defraudadas pelo deflagrar da guerra.

A curto prazo a estratégia de ampliação da capacidade produtora da empresa foi travada, mas com os anos, os bons resultados da mesma acabaram por aparecer, embora num momento diferente daquele que tinham projectado, traduzindo-se num aumento significativo das instalações fabris e na ampliação da rede, o que a médio prazo permitiu à empresa auferir grandes lucros.

A nível nacional a falta de capitais dificultava a realização de projectos da envergadura dum Central Tejo, que só era viável com o recurso a capitais estrangeiros. Daí que as acções detidas por accionistas estrangeiros viessem a representar uma maior percentagem nos anos seguintes, reforçando o peso que o comité de Paris tinha na gestão da empresa. Situação que, aliás, não era exclusiva das CRGE. Segundo o Conselho de Administração das CRGE, a organização administrativa da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, com um comité fora de Portugal e a das Companhias de Moçambique e Nyassa também com comités administrativos no estrangeiro (Paris e Londres), mostravam à evidência a importância do capital estrangeiro nestas empresas.

Perante a necessidade de aumentar substancialmente o capital para ampliar e modernizar as suas instalações fabris e rede de distribuição, era perfeitamente plausível, que os decisores da Companhia recorressem mais uma vez, e agora de forma decisiva, a financiamentos cuja a origem assentavam na nacionalidade dos seus maiores accionistas.

Para viabilizar o aumento de capital em 31 de Outubro de 1913 foi apresentado à Assembleia Geral Extraordinária um projecto de modificação dos estatutos, que permitia elevar o capital até 9.900.000\$00, representado por 220.000 acções de 45\$00 cada, emitidas por uma ou mais vezes por simples deliberação do Conselho Administrativo e voto afirmativo do Conselho Fiscal, à proporção das necessidades sociais e sem dependência de nova autorização da Assembleia Geral.

Nesta Assembleia ficou decidido dar plenos poderes ao Conselho de Administração para realização de uma emissão de 96.000 acções, que viriam a ser tomadas firme pela Société Financière des Transports et d'Entreprises Industrielles – SOFINA, de Bruxelas.

Posteriormente, em reuniões realizadas em Paris, foram tomadas as seguintes deliberações aprovadas por unanimidade pelo Conselho de Administração das CRGE:

- Criar e emitir as novas acções pela importância total já autorizada do aumento de capital.
- Realizar a emissão do novo capital na totalidade e por uma só vez. O preço das acções foi fixado em 45\$00 cada mais 5\$00 de prémio
- Aceitação da proposta de tomada firme das 96.000 novas acções pela SOFINA.

Ficou também acordado nesta altura que as CRGE pagariam semestralmente 25.000 francos pela consultoria técnica e administrativa que viesse a ser fornecida pela SOFINA.

Com a quase duplicação do capital social e com a garantia do apoio técnico da SOFINA, as CRGE, detinham agora as condições para concretizarem o objectivo de pôr em prática um projecto grandioso, como viria a ser a Central Tejo.

A SOFINA era à época, um poderoso organismo financeiro, técnico e comercial, que tinha 207 funcionários, sem contar com 6 directores e subdirectores, 28 engenheiros, 2 arquitectos, 2 químicos, 2 assistentes químicos, 12 desenhadores e 5 agentes verificadores que constituíam o seu corpo técnico. Estavam envolvidos em vários projectos e na construção de novas centrais eléctricas, em França (Rouen), na Argentina (Rosário) e na Turquia (Constantinopla). Os gastos gerais da SOFINA ascendiam a 4.000.000 de francos. Graças à sua reputação e à considerável importância das encomendas que anualmente fazia, a generalidade dos fornecedores ofereciam-lhe condições mais vantajosas do que as que normalmente praticavam

Nesta óptica de economia de escalas, a empresa sediada em Bruxelas, não só definiu o projecto e o programa de trabalhos referentes à construção da Central Tejo, como controlou todo o processo de adjudicação do fornecimento dos materiais e da maquinaria, remetendo a administração portuguesa e o seu pessoal técnico, a meros executores das decisões tomadas na Bélgica. Aliás, esta forma de gestão, só seria interrompida pela ausência total ou parcial de comunicações derivadas das conjunturas das duas guerras que se iriam viver.

As CRGE aproveitavam, assim, a experiência dum numeroso pessoal técnico com competências nesta área, o que representava um valor incalculável para a sua actividade industrial centrada na exploração do gás e da electricidade, que exigia uma base técnico-científica bem sólida.

Em Novembro de 1913, como se disse, foi aprovado o contrato de compra do terreno pertencente à Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses junto à Central. A aquisição deste terreno teve vários obstáculos administrativos ligados à necessidade de alterar o projecto de abertura de uma rua que ocuparia parte do terreno destinado às construções a edificar. Estes obstáculos obrigaram a gerir conflitos de competências entre várias entidades,

como a Direcção Geral das Obras Públicas, a Fiscalização pelo Estado dos Caminhos de Ferro, a CML e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, à qual o terreno acabou por ser adquirido quase um ano depois.



Em Março de 1914, o comité de Paris das CRGE aprovou, em reunião realizada em Bruxelas, o programa geral e o projecto das novas instalações da Central Tejo, da autoria da SOFINA, bem como o capital necessário para a sua execução. Esta decisão foi rectificada pelos membros do Conselho de Administração sedeados em Lisboa, que ficaram apenas a aguardar que lhes fossem remetidos os estudos, os projectos e os restantes documentos, nomeadamente as plantas e as previsões orçamentais respeitantes a cada instalação, para iniciarem a obra.

Apesar das mudanças ocorridas na gestão das CRGE, a SOFINA decidiu manter a colaboração com a empresa “Vieillard & Touzet”, mas já sem o relevo que outrora esta tinha tido. Touzet, deixava de ter a tripla função de arquitecto, projectista e empreiteiro, como acontecera na construção do edifício inicial da Central Tejo ([Central da Junqueira]), passando as suas funções a ficar restringidas unicamente à execução do projecto e dos planos traçados em Bruxelas. Prova disso, é o facto de apesar de em Maio de 1914, Touzet ter contactado a Empresa Cerâmica de Lisboa para fornecimento do tijolo sílico-calcário com o intuito de o empregar na construção do novo edifício, a SOFINA não subscreveu esta opção e optou pelo revestimento em tijolo vermelho, que de resto passou a ser uma marca de arquitectura intimamente ligada à Central Tejo.

Na ausência de informação factual que nos possa indicar a autoria do projecto arquitectónico da Central Tejo mas, sabendo que o mesmo foi concebido nos escritórios da SOFINA em Bruxelas, uma personalidade poderemos destacar quanto ao projecto tecnológico da central: «O Sr. Lucien Janlet, sendo um dos administradores mais novos, é dos que mais tem pugnado pelo desenvolvimento desta empresa. Engenheiro distintíssimo, é ele sob o nome de SOFINA, o técnico que superiormente mais se tem ocupado das nossas instalações, sendo à sua proficiência que se deve a criação da nossa Central eléctrica. Reconhecendo-lhe os méritos, o Governo da República Portuguesa fez justiça impondo-lhe uma alta mercê honorífica – a comenda de Cristo.»

Com o novo conjunto de construções não só se deu um salto quantitativo em termos de produção como, e fundamentalmente, em termos de espaço arquitectónico, ficaram traçadas as bases do edifício que o passado nos legou como Central Tejo.